



AZAB

2025

Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil

INFLUENZA AVIÁRIA

GUIA ESTRATÉGICO DE PREVENÇÃO
E RESPOSTA PARA MANEJO *EX SITU*





AZAB

2025

Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil

INFLUENZA AVIÁRIA:

GUIA ESTRATÉGICO DE PREVENÇÃO E RESPOSTA PARA MANEJO *EX SITU*

FICHA TÉCNICA:

Edição:

Franciele Aparecida Mendes de Oliveira - AZAB/UFPR

Revisão de Edição:

ABRAVAS

Hermann Vherner - AZAB

Autores:

- Cesar Henrique Branco – Aquário de Ubatuba
- Claudia Igayara – AZAB / Zoológico de Guarulhos
- Fabrício Braga Rassy – Zoológico de São Paulo
- Franciele Aparecida Mendes de Oliveira – AZAB / UFPR
- Laura Reinfeld – Aquário de São Paulo
- Mara Cristina Marques – AZAB / Zoológico de São Paulo
- Maria Fernanda Gondim – Zooparque Itatiba
- Nancy Marya Santana Banevicius – AZAB / Zoológico de Curitiba
- Paloma Lucin Bosso – Parque das Aves
- Paulo Roberto Blandino de Lima Dias – SAA / CDA
- Rafael Sales Pagani – Zoológico de Pomerode

Documento elaborado por médicos veterinários membros da Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB), em parceria com as instituições participantes, a Associação Brasileira de Veterinários de Animais Selvagens (ABRAVAS), Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Coordenadoria de Defesa Agropecuária (SAA/CDA).

Curitiba, junho de 2025



AZAB

2025

Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INFLUENZA AVIÁRIA: Patogenia e Contexto Atual	4
A Importância das Aves Silvestres	7
ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS : Comunicação Estratégica	9
ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS : Biossegurança e Manejo Operacional	10
ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS : Vigilância Epidemiológica	18
ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS : Plano de Contingência e Resposta Rápida	20
ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS : Gestão de Crises e Articulação Institucional	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

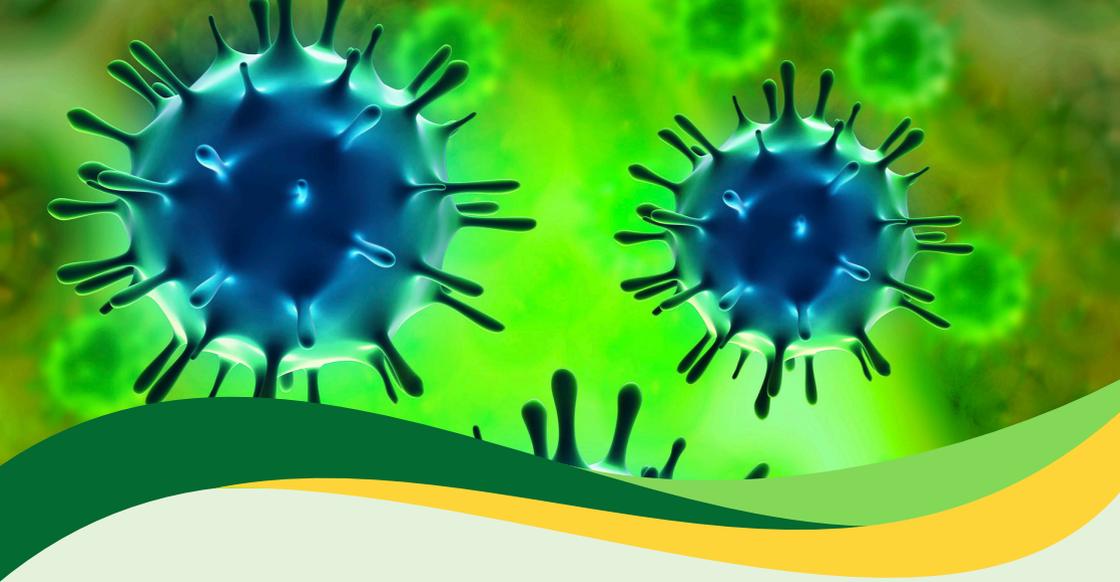
APRESENTAÇÃO

03

Diante das crescentes notificações de casos de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade IAAP (HPAI) em diferentes contextos e regiões, incluindo impactos significativos sobre a fauna silvestre e coleções zoológicas, este guia foi elaborado com o objetivo de orientar e padronizar ações de prevenção e biossegurança frente à ameaça da Influenza Aviária em instituições brasileiras que mantêm fauna sob cuidados humanos.

Este documento técnico visa apoiar as instituições em suas decisões, oferecendo diretrizes que possam ser adaptadas à realidade de cada zoológico, aquário ou centro de conservação, respeitando suas particularidades operacionais, ambientais e regionais. Este material foi elaborado com base na Reunião do GATVET, nas vivências compartilhadas por profissionais que atuam diretamente no manejo e contenção de cenários de risco sanitário, e nas mais recentes evidências científicas presentes em relatórios institucionais, com ênfase na abordagem “One Health”, priorizando a proteção ética da fauna silvestre e considerando os zoológicos como espaços essenciais para a conservação da biodiversidade.





INFLUENZA AVIÁRIA

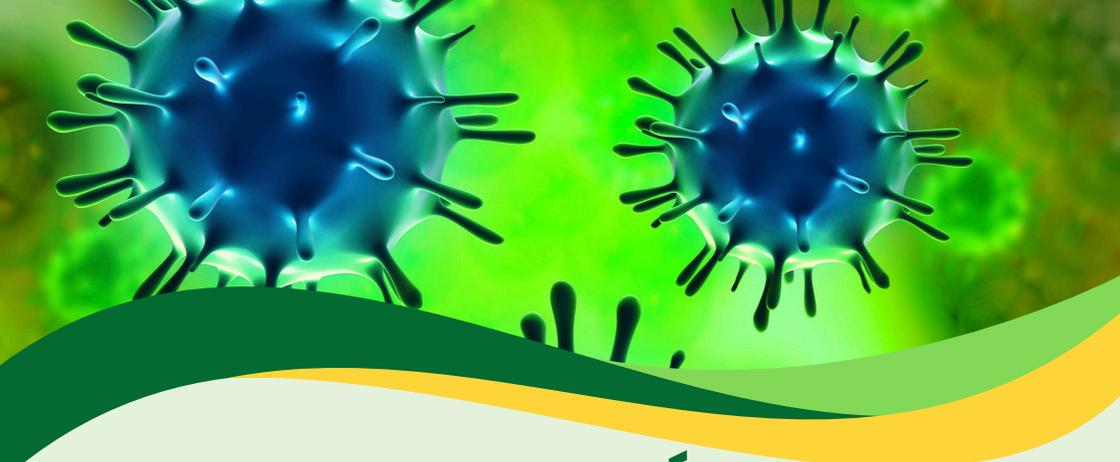
PATOGENIA E CONTEXTO ATUAL

04

A Influenza Aviária (IA) é uma enfermidade viral causada por vírus do tipo A da família *Orthomyxoviridae*. Sua classificação é baseada nas glicoproteínas hemaglutinina (HA) e neuraminidase (NA), e os subtipos mais preocupantes sob o ponto de vista sanitário e conservacionista são os H5, H7 e H9. A doença pode se apresentar em duas formas: baixa patogenicidade (IABP) e alta patogenicidade (IAAP), sendo esta última responsável por surtos com altas taxas de mortalidade em aves, impacto significativo em populações de fauna silvestre e risco zoonótico (Rodríguez-Morales et al., 2025).

A linhagem H5N1 2.3.4.4b tem sido a mais prevalente, incluindo a mortalidade de aves silvestres em larga escala, surtos em mamíferos marinhos e até mesmo casos esporádicos em humanos (CDC, 2025; Wade et al., 2023; EFSA, 2024; Rodríguez-Morales et al., 2025). O vírus possui notável capacidade de mutação e recombinação gênica, o que permite sua adaptação a novos hospedeiros, como documentado em diversas espécies de mamíferos, incluindo visons, leões-marinhos e até ursos polares (EFSA, 2024).





INFLUENZA AVIÁRIA

05

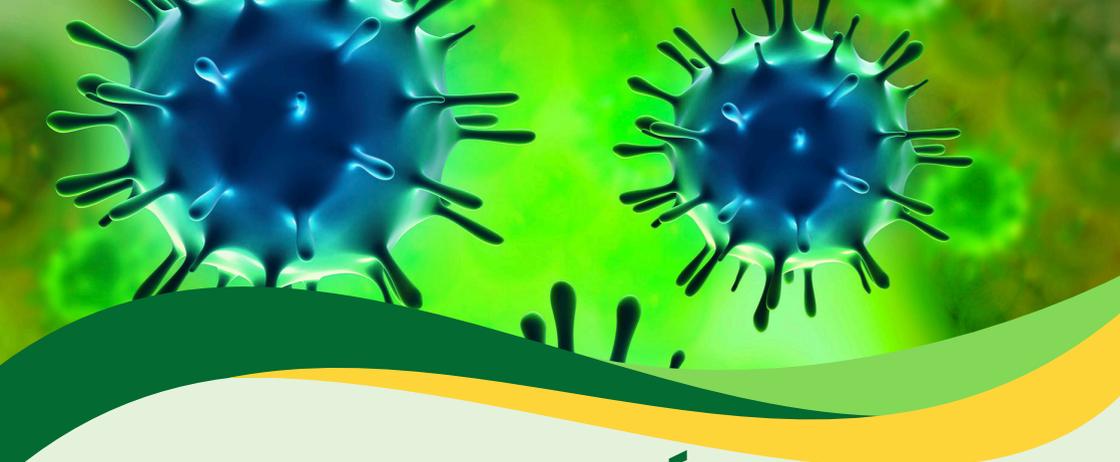
PATOGENIA E CONTEXTO ATUAL

A transmissão ocorre de ave para ave, diretamente por meio de secreções do sistema respiratório e digestivo, e indiretamente por contato com equipamentos, roupas, calçados, insetos, aves e animais silvestres, alimentos e água contaminados. A disseminação do vírus é favorecida por sua capacidade de permanecer viável no ambiente por vários dias, especialmente em locais frios e com presença de matéria orgânica (Wade et al., 2023).

A IA pode se manifestar sob duas formas clínicas: de Baixa Patogenicidade (IABP) e de Alta Patogenicidade (IAAP). A IABP geralmente é assintomática em aves silvestres e, em aves domésticas, pode causar sinais leves ou ausentes, como alterações respiratórias, diarreia, letargia e queda na produção, sendo as lesões internas detectáveis apenas por necropsia (MAPA, 2023). Já a IAAP está associada a alta mortalidade, frequentemente súbita, podendo causar sinais graves como depressão, sintomas respiratórios e neurológicos, cianose, necrose em crista e barbelas, alterações na postura e ovos com casca fina ou sem pigmentação. No exame post-mortem, observam-se edemas, hemorragias e necrose em vários órgãos (ABRAVAS, 2023; MAPA, 2023).

Em mamíferos, a IAAP pode causar encefalite viral, pneumonia intersticial e mortalidade elevada, especialmente em situações de superlotação e estresse ambiental (EFSA, 2024; Rodriguez-Morales et al., 2025).





INFLUENZA AVIÁRIA

PATOGENIA E CONTEXTO ATUAL

06

Desde sua primeira detecção em aves silvestres no Brasil, em maio de 2023, no litoral do Espírito Santo, a Influenza Aviária de Alta Patogenicidade tem avançado por diversas regiões do país, com predominância do subtipo H5N1 clado 2.3.4.4b (MAPA, 2023).

Em 2025, foram registrados os primeiros casos da doença em zoológicos brasileiros:

– Zoológico de Sapucaia do Sul (RS): Em maio de 2025, mais de 100 aves, incluindo cisnes e patos, morreram em decorrência da IAAP. O local foi interditado, e medidas emergenciais foram implementadas, conforme orientações do MAPA, incluindo eliminação segura das carcaças e reforço na vigilância sanitária (SEMA-RS, 2025; MAPA, 2025).

– Zoológico de Brasília (DF): Em junho de 2025, foi confirmado um caso em um irerê (*Dendrocygna viduata*) encontrado morto no recinto. A confirmação laboratorial foi realizada, e o parque foi interditado até 12 de junho como medida preventiva, com monitoramento contínuo da fauna (Governo do DF, 2025; Governo do DF, 2025).

Esses episódios reforçam a importância de uma vigilância integrada, com monitoramento ativo e passivo de aves e mamíferos, controle no trânsito de animais e produtos, e estratégias educativas baseadas em evidências científicas.



A IMPORTÂNCIA DAS AVES SILVESTRES

07

As aves silvestres, especialmente as aquáticas migratórias como patos, gansos e cisnes, são hospedeiras naturais do vírus da Influenza Aviária (ICMBio, 2023). Essas espécies frequentemente abrigam o vírus sem apresentar sinais clínicos, desempenhando papel essencial na manutenção e disseminação natural do agente (Wade et al., 2023). Contudo, estudos apontam que outras ordens, como rapinantes, passeriformes e até aves marinhas, também têm sido afetadas por cepas altamente patogênicas (Wade et al., 2023; Ramey et al., 2022).

É fundamental compreender que as aves silvestres não devem ser encaradas como vilãs ou fontes primárias de risco em contextos de doenças infecciosas como a Influenza Aviária. Nessa percepção distorcida, infelizmente comum em cenários de surto, perpetua o medo e a desinformação, gerando impactos negativos na conservação da biodiversidade.

Na verdade, essas aves devem ser reconhecidas como sentinelas ambientais, espécies capazes de fornecer sinais antecipados sobre a circulação de agentes infecciosos em ecossistemas naturais e antrópicos. Sua presença e seus padrões de migração, saúde e mortalidade podem servir como importantes indicadores ecológicos. Quando corretamente monitoradas, fornecem dados valiosos que auxiliam na detecção precoce do vírus, favorecendo respostas rápidas, éticas e eficazes (Ramey et al., 2022).

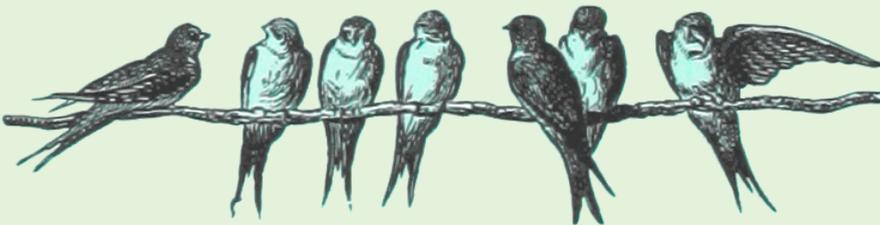


A IMPORTÂNCIA DAS AVES SILVESTRES

08

Desconsiderar esse papel ecológico das aves silvestres compromete tanto a eficácia da vigilância sanitária quanto o êxito de políticas de conservação. É urgente substituir discursos de medo por abordagens baseadas em ciência, que reconheçam o valor desses animais como aliados na construção de sistemas mais resilientes à emergência de doenças zoonóticas.

Por isso, instituições zoológicas devem atuar como defensoras da fauna nativa, promovendo campanhas de sensibilização pública que valorizem o papel ecológico das aves e combatam o preconceito contra espécies selvagens. Além disso, o investimento em vigilância passiva (monitoramento de mortalidade espontânea) e ativa (captura e testagem com protocolos éticos) deve ser priorizado como ação complementar às estratégias institucionais de biossegurança.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

09

A resposta institucional à ameaça de Influenza Aviária deve ser multidimensional, combinando ações preventivas, medidas de contenção, comunicação efetiva e vigilância integrada. Esta seção traz os principais eixos operacionais que devem ser adotados por zoológicos, aquários e centros de conservação.



COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Comunicação com equipes internas

- Treinamentos contínuos: sobre sinais clínicos, medidas de contenção e uso de EPIs, com base em protocolos atualizados e adaptados à realidade local.
- Fluxos bem definidos: de notificação e resposta, com responsáveis técnicos e apoio gerencial.

Comunicação com o público

- Mensagem institucional clara e empática: destacando o compromisso com o bem-estar animal, ciência, biossegurança e conservação.
- Recomenda-se não realizar quaisquer divulgações espontâneas, sejam elas em mídias sociais, murais institucionais ou entrevistas, especialmente enquanto os casos estiverem localizados e sob controle regional. A divulgação deve ocorrer apenas mediante a confirmação de foco ou em eventual aumento do número de casos a nível nacional, ou quando houver determinação oficial dos órgãos competentes. Alardes desnecessários podem ser desfavoráveis neste contexto e não ressaltam a responsabilidade institucional na aplicação de medidas mitigatórias.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

10



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

- A capacitação da equipe é um dos pilares fundamentais da biossegurança. Todos os colaboradores da instituição — incluindo tratadores, equipe técnica, manutenção, nutrição, limpeza, administrativo e atendimento ao público — devem receber treinamentos específicos e contínuos sobre a Influenza Aviária. Esse treinamento deve abordar:
 - Reconhecimento precoce de qualquer alteração no comportamento, aparência ou rotina das aves, como prostração, inapetência, alterações respiratórias, neurológicas ou motoras;
 - Implementação de um protocolo interno para rápida e confiável divulgação de casos suspeitos ou confirmados dentro da instituição, promovendo transparência, agilidade e resposta integrada entre os setores.
- - Práticas corretas de higienização, uso de EPIs e manutenção do fluxo sanitário;
 - Atualizações sempre que houver novas orientações de órgãos oficiais ou mudanças no cenário epidemiológico;
 - Monitoramento sistemático do status da doença em âmbito nacional, estadual e internacional, com consulta frequente a fontes oficiais como o MAPA, SIAGRO, OPAS e WOA. A partir desse panorama, a equipe técnica poderá definir medidas específicas de vigilância e contenção;

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

11



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

O objetivo central das ações de biossegurança é criar barreiras físicas, sanitárias e comportamentais que impeçam a entrada, o estabelecimento e a disseminação do vírus. Tais barreiras incluem desde o controle de acesso de pessoas e materiais, até práticas rigorosas de desinfecção e gestão de resíduos.

A seguir, apresentam-se as recomendações principais:

- Instalação de barreiras sanitárias em pontos estratégicos: uso de pedilúvios nas entradas e saídas de todos os recintos, incluindo áreas técnicas, administrativas e setores de nutrição e clínica. Os pedilúvios devem conter solução desinfetante eficaz, ser mantidos com volume adequado e ter sua concentração monitorada ao longo do dia. Recomenda-se ainda a instalação de rodolúvios específicos para rodas de veículos nas entradas principais de acesso a instituição, a fim de reduzir o risco de introdução do vírus por meio de veículos de abastecimento, visitantes e prestadores de serviço.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

12



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

Desinfetantes Recomendados para Biossegurança:

- **Poly-Phen®:** é um desinfetante à base de peróxido de hidrogênio estabilizado com ácido peracético. Seu mecanismo de ação envolve a oxidação da membrana celular de vírus, bactérias e fungos, o que o torna eficaz contra uma ampla gama de patógenos, incluindo vírus envelopados como o da Influenza Aviária. Por apresentar efeito residual é altamente eficaz mesmo na presença de matéria orgânica, ação rápida e baixa toxicidade ambiental, o que o torna ideal para pedilúvios e superfícies expostas em ambientes com fauna sensível.
- **Virkon™ S:** composto por peroximonossulfato de potássio (PPMS), um potente oxidante que atua rapidamente sobre vírus, bactérias e fungos. É um dos desinfetantes mais utilizados em contextos veterinários por sua ampla eficácia, fácil diluição e baixa corrosividade. É indicado para desinfecção de superfícies, materiais de manejo e áreas internas dos recintos, tendo bom desempenho também em áreas com carga orgânica moderada.
- **Bioform®:** combina aldeídos e tensoativos catiônicos em sua formulação, conferindo ação residual prolongada. É indicado para rodízio com outros compostos, ajudando a evitar resistência microbiana. É especialmente útil para áreas secas e superfícies não porosas, como corredores técnicos e dependências administrativas, onde a carga orgânica é menor.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

13



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

Além das medidas aqui mencionadas, recomenda-se o uso exclusivo de uniformes institucionais apenas nas dependências da instituição, sendo também vedado o trânsito de funcionários com roupas pessoais nas áreas internas.

- Realizar a troca de vestimentas e calçados ao chegar na instituição, sendo estes higienizados diariamente, é uma medida que tende a reduzir drasticamente a possibilidade de transferência de agentes patogênicos entre áreas internas e externas
- Uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): luvas, máscaras, propés, aventais impermeáveis e toucas descartáveis para tratadores de aves. Os EPIs devem ser de uso exclusivo para cada recinto, com descarte seguro e sistematizado.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

14



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

- **Rastreamento de riscos por setor:** Identificação de áreas críticas (viveiros abertos, lagos artificiais, zonas de manejo de aves, necropsia, aviários de imersão, recintos totalmente fechados e áreas com espécies reconhecidamente mais suscetíveis) e aplicação de protocolos diferenciados por zona, conforme o risco e o tipo de atividade.
- **Viveiros abertos:** recintos ao ar livre, sem cobertura superior, que permitem contato com fauna silvestre ou aves migratórias. Devem adotar uso obrigatório de EPIs completos, controle de entrada com pedilúvios, permanência mínima de pessoas no recinto e proibição de alimentação a céu aberto. A alimentação deve ocorrer em locais cobertos e em horários alternados para evitar contaminação cruzada.
- **Lagos artificiais:** exigem instalação de barreiras físicas (como redes), inspeção diária para presença de fauna exógena, análise periódica da qualidade da água e remoção imediata de animais mortos.
- **Zonas de manejo de aves:** devem seguir rigorosa desinfecção dos utensílios e superfícies após cada uso, testagem em intervalos regulares de acordo com as recomendações das autoridades sanitárias locais e em conformidade com o cenário epidemiológico vigente (sorologia, PCR ou coleta cloacal/orofaríngea conforme orientação técnica) e protocolos claros para isolamento de casos suspeitos ou confirmados.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

15



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

- **Aviários de imersão:** por permitirem maior contato entre visitantes e aves, demandam atenção especial com controle sanitário, reforço na vigilância clínica, limitação de densidade de animais e protocolos específicos de limpeza e desinfecção.
- **Recintos totalmente fechados** (ex.: pinguins): exigem controle rigoroso da ventilação, acesso restrito, desinfecção constante dos ambientes e barreiras físicas contra qualquer entrada de fauna silvestre ou exógena.
- **Áreas com espécies mais suscetíveis:** devem receber atenção prioritária, com monitoramento contínuo, limitação de manejo não essencial e priorização de medidas preventivas adicionais.
- **Compartimentalização de setores:** é recomendada para facilitar a segregação de grupos em caso de detecção de positivos, reduzindo o risco de propagação intra ou entre recintos.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

16



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

- **Restrição de entrada de aves de vida livre:** instalação de redes de proteção (como clarite), e revisão da infraestrutura para limitar o acesso não controlado de animais silvestres, especialmente anatídeos e aves de rapina.
- **Quarentena rigorosa para novos ingressos:** nenhuma ave deve ser introduzida na coleção sem passar por quarentena mínima, com monitoramento clínico e testagem sorológica e molecular direcionada a patógenos de notificação obrigatória e relevância regional, conforme orientação das autoridades sanitárias. A viabilidade dos testes deve ser avaliada caso a caso, considerando a sensibilidade diagnóstica e a espécie envolvida.
- **Gestão segura de resíduos orgânicos e cadáveres:** utilização de contêineres vedados, remoção diária, armazenamento refrigerado e incineração preferencial com rastreo documental, seguindo recomendações dos órgãos competentes.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

17



BIOSSEGURANÇA E MANEJO OPERACIONAL

Atividades de interação com aves e recintos de imersão:

A instituição deve possuir um protocolo previamente estabelecido, que determine critérios para a realização, adaptação ou suspensão dessas atividades, com base na situação epidemiológica vigente.

Recomenda-se um modelo escalonado, conforme o nível de risco:

- Casos em território nacional:
 - Manutenção das atividades com uso obrigatório de EPIs (máscara e luvas) pela equipe e visitantes.
 - Reforço nas medidas de higiene e triagem clínica diária das aves envolvidas.
- Casos confirmados no estado da unidade:
 - Suspensão temporária das interações diretas, mantendo apenas observação sem aproximação.
 - Fechamento parcial de recintos de imersão para público.
- Casos na macrorregião ou município da instituição:
 - Suspensão total das atividades interativas.
 - Fechamento completo dos recintos de imersão.
 - Intensificação da vigilância clínica, coleta de amostras e restrição de acesso à equipe essencial.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

18



VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A vigilância epidemiológica constitui uma das ferramentas mais estratégicas na prevenção e no controle da Influenza Aviária em coleções zoológicas. Ela deve ser conduzida de forma contínua, com envolvimento da equipe técnica e integração com órgãos oficiais de saúde animal. A vigilância pode ser dividida em duas abordagens complementares: vigilância passiva e vigilância ativa.

Vigilância ativa:

Envolve a realização periódica de exames laboratoriais (sorologia e PCR) em aves, conforme protocolos éticos e definidos pela instituição em alinhamento com os órgãos reguladores. Deve priorizar:

- Aves de grupos sensíveis (anseriformes, galiformes, ciconiformes);
- Aves com maior contato com o público ou expostas em recintos abertos;

Vigilância passiva:

Observação e registro de sinais clínicos suspeitos, alterações comportamentais, redução no consumo alimentar ou ocorrência de óbitos sem causa definida. Esses eventos devem ser prontamente comunicados e documentados.

- Em aves, sinais como torcicolo, andar em círculos, dispneia, secreção nasal, falta de vocalização, plumagem eriçada e prostração devem ser considerados de atenção imediata.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

19



VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

- **Integração com redes de vigilância externas:** como MAPA, Defesa Agropecuária Estadual e secretarias de saúde. A construção de fluxos de notificação, envio de amostras e validação laboratorial fortalece o papel do zoológico como ponto estratégico no sistema de vigilância nacional.
- **Banco de dados institucional:** a manutenção de registros sobre testes realizados, mortalidade, sintomas observados e datas de ocorrência permite análises retrospectivas e resposta rápida a investigações epidemiológicas.

Essas práticas, quando sistematizadas e integradas à rotina da instituição, aumentam significativamente a capacidade de detecção precoce, contenção e mitigação de impactos sanitários e conservacionistas.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

20



PLANO DE CONTINGÊNCIA E RESPOSTA RÁPIDA

A existência de um plano de contingência é essencial para garantir uma resposta rápida, coordenada e eficaz diante da suspeita ou confirmação de casos de Influenza Aviária em zoológicos. Este plano deve ser previamente estruturado, amplamente divulgado entre os setores e revisto periodicamente.

Os principais componentes recomendados incluem:

- **Definição de níveis de alerta:** com base em fatores como localização geográfica dos casos (ex.: proximidade de áreas afetadas), número de óbitos inexplicados, sinais clínicos compatíveis ou confirmação laboratorial de IAAP. O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) define como indicativo de surto em aves comerciais e de reprodução mortalidades acima de 10% em até 72 horas. Já em aves silvestres, não há um percentual fixo oficialmente estabelecido; no entanto, a ocorrência de mortalidade súbita ou incomum, principalmente envolvendo múltiplos indivíduos, é suficiente para acionar o plano de contingência.
- **Canal de Comunicação Oficial:** De acordo com a Instrução Normativa MAPA nº 50/2013 a Influenza Aviária é uma doença de notificação obrigatória e imediata de qualquer caso suspeito ao Serviço Veterinário Oficial. Deve manter fluxo direto e formal com o MAPA, SVO (Serviço Veterinário Oficial), órgãos de fiscalização ambiental, secretarias estaduais e municipais, incluindo notificação imediata via **e-Sisbravet** (<https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SISBRAVET.html>)
- **Isolamento imediato de áreas ou recintos suspeitos:** sempre que observados sinais clínicos compatíveis ou mortalidade súbita em aves, deve-se proceder com o isolamento imediato do recinto. É fundamental coletar o máximo de informações sobre a(s) ave(s) doente(s), como identificação, sinais clínicos observados, recinto em que se encontrava(m) e aves contactantes. O acesso ao local deve ser imediatamente restringido, com intensificação das medidas de desinfecção e coleta de amostras para diagnóstico.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

21



PLANO DE CONTINGÊNCIA E RESPOSTA RÁPIDA

Os principais componentes recomendados incluem:

- **Comunicação interna imediata e orientada:** os funcionários devem ser informados sobre a suspeita, mas orientados a manter discrição nas mídias sociais e a seguir os canais institucionais de comunicação. A liderança deve garantir que todos conheçam os procedimentos e as funções atribuídas a cada equipe durante o evento.
- **Comunicação à AZAB:** A comunicação também deve ser feita imediatamente à AZAB, com o objetivo de alimentar uma base colaborativa de dados e favorecer a articulação entre instituições.
- **Plano de eutanásia, se necessário:** quando indicado pela autoridade sanitária e com respaldo técnico, devem ser considerados protocolos humanitários para eutanásia de indivíduos **confirmados**, sempre priorizando alternativas de isolamento, colocando as aves suspeitas em quarentena e realizando testes.

Um plano de contingência bem estruturado garante não apenas a segurança dos animais e das equipes, mas também a transparência da instituição frente ao poder público, à comunidade científica e à sociedade civil.



ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

22



GESTÃO DE CRISES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Durante episódios de crise sanitária como a suspeita ou confirmação de Influenza Aviária, é essencial que a instituição adote uma postura estratégica, transparente e tecnicamente embasada. A forma como a crise é gerida impacta diretamente a imagem da instituição, a segurança das equipes, a saúde dos animais e a relação com o público e órgãos oficiais.

- Estabelecer um Comitê Interno de Gestão de Crises, com representantes das áreas técnica, administrativa, comunicação e gestão;
- As instituições devem manter atualizados seus cadastros juntos aos SVOs de cada estado
- Garantir a prontidão para visitas técnicas, auditorias e fiscalizações;
- Elaborar notas técnicas padronizadas com linguagem clara, evitando termos alarmistas ou interpretações equivocadas;
- Só se manifestar publicamente após alinhamento com as autoridades de saúde animal.
- Compartilhar os protocolos institucionais com a AZAB, contribuindo para o fortalecimento da resposta coordenada em rede;
- Reforçar que a instituição está comprometida com a ciência, a biossegurança e o bem-estar dos animais, colaboradores e dos visitantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS 23

Este guia foi concebido como uma ferramenta técnica para apoiar as instituições zoológicas brasileiras na prevenção, detecção e resposta à IAAP. Seu conteúdo baseia-se nas práticas internacionais, evidências científicas recentes e no compromisso ético com a saúde única — integrando saúde animal, humana e ambiental.

O cenário atual de disseminação global da Influenza Aviária exige ações articuladas, vigilância constante e cooperação entre instituições públicas, privadas, acadêmicas e da sociedade civil. Mais do que reagir a surtos, este documento propõe uma mudança de cultura institucional, onde a prevenção é incorporada ao cotidiano, a ciência orienta decisões e o respeito à fauna é inegociável.

Reforçamos a importância do protagonismo dos zoológicos e aquários na conservação da biodiversidade, na promoção da educação ambiental e na vigilância epidemiológica. Que este material possa servir como ponto de partida para a construção de redes colaborativas de prevenção e enfrentamento de emergências sanitárias.

A saúde da fauna é também a saúde de todos nós.



REFERÊNCIAS

24

ABRAVAS – Associação Brasileira de Veterinários de Animais Selvagens. Boletim Técnico ABRAVAS: Influenza Aviária de Alta Patogenicidade. Ano VII, n. 71, fev. 2023. Publicação digital.

AL-EITAN, Laith N. et al. Epidemiology, biosafety, and biosecurity of Avian Influenza: Insights from One Health approaches. *Reviews in Medical Virology*, v. 34, e2535, 2024. <https://doi.org/10.1002/rmv.2535>.

CDC – Centers for Disease Control and Prevention. H5N1 Bird Flu: Technical Update – May 24, 2025. Atlanta: CDC, 2025. Disponível em: <https://www.cdc.gov/bird-flu/spotlights/h5n1-technical-update-052524.html>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CHOKER, G. et al. High-Pathogenicity Avian Influenza in Wild Mammals: Lessons from the 2022–2023 Outbreaks. European Union Reference Laboratory for Avian Influenza, Relatório Técnico D_6.1C_HPAI_Mammals_v2, 2023.

EFSA – EUROPEAN FOOD SAFETY AUTHORITY. Highly Pathogenic Avian Influenza in Wild Mammals: Critical Appraisal of Spill-Over Events and of Strategies for Prevention, Surveillance and Preparedness. *EFSA Journal*, v. 22, n. 2, p. 1–67, 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Governo do DF confirma caso de gripe aviária no Zoológico de Brasília. Agência Brasília, 03 jun. 2025. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/governo-do-df-confirma-caso-de-gripe-aviaria-no-zoologico-de-brasilia>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MĂNDUTĂ, Carmen; PETROVICI, Marius. The Importance of Zoological Gardens in the Conservation of Biodiversity. *Annals of West University of Timișoara, ser. Biology*, v. 26, n. 1, p. 23–42, 2023.

OIE – WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH. Avian Influenza: Global Situation Updates and Guidance. Paris: OIE, 2024.



REFERÊNCIAS

25

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. Brasil registra caso de gripe aviária em aves silvestres; Mapa alerta para cuidados. Brasília: MAPA, 15 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-registra-caso-de-gripe-aviaria-em-aves-silvestres-mapa-alerta-para-cuidados>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. Ficha Técnica – Influenza Aviária. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/fichas_tecnicas/Ficha_Tecnica_IA.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. Ofício-Circular nº 78/2025/CGTQA/DSA/SDA. Brasília: MAPA, 27 maio 2025. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/cgtqa/t-inter/exportacao/influenza-aviaria-2025/SEL_42802180_Oficio_Circular_78.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. Plano de Vigilância de Influenza Aviária e Doença de Newcastle: ciclo 2022–2023. Brasília: MAPA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pnsa/PlanodevigilencialADNC_06_07_2022.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Atualização epidemiológica: Influenza aviária de alta patogenicidade. Washington, D.C.: OPAS, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/atualizacao-epidemiologica-influenza-aviaria-alta-patogenicidade-24-janeiro-2025>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PEREIRA, L. C. P. et al. Importância do zoológico na conservação das espécies. PUBVET, v. 15, n. 12, art. 999, 2021. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v15n12a999.1-8>.



REFERÊNCIAS

26

RAMEY, A. M. et al. Highly pathogenic avian influenza is an emerging disease threat to wild birds in North America. *Journal of Wildlife Management*, v. 86, n. 4, p. e22211, 2022. [AL-EITAN, Laith N. et al. Epidemiology, biosafety, and biosecurity of Avian Influenza: Insights from One Health approaches. *Reviews in Medical Virology*, v. 34, e2535, 2024. <https://doi.org/10.1002/rmv.2535>](#)

RABELO, P. et al. Accessibility challenges and opportunities at Brasília Zoo: achieving a balance between visitor experience and animal welfare. *E3S Web of Conferences*, v. 465, p. 1–8, 2024.

REDROBE, S. Avian influenza H5N1: a review of the current situation and relevance to zoos. *International Zoo Yearbook*, v. 41, p. 39–51, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1748-1090.2007.00025.x>.

RODRIGUEZ-MORALES, A. J. et al. Avian Influenza – The next travel-associated pandemic? Proactive One Health surveillance is required to reduce the risk of the spread. *Travel Medicine and Infectious Disease*, v. 55, p. 102663, 2025. <https://doi.org/10.1016/j.tmaid.2024.102663>.

SEMA-RS – Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul. Nota Técnica nº 001/2025: Ocorrência de Influenza Aviária no Zoológico de Sapucaia do Sul. Porto Alegre: SEMA-RS, 23 maio 2025. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202505/23101443-nota-tecnica-sema-001-2025-assinado-assinado-assin-250523-084107.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SIMANCAS-RACINES, D. et al. Avian Influenza in Latin America: Viral Evolution, Public Health Implications and Recommendations for Surveillance. *Pathogens*, v. 12, n. 610, p. 1–20, 2023.

SMITH, A. B. et al. Wild birds and the One Health interface: HPAI as a global conservation challenge. *PLOS ONE*, v. 19, p. e0299330, 2024.

WADE, D. et al. High pathogenicity avian influenza: targeted active surveillance of wild birds to enable early detection of emerging disease threats. *Epidemiology and Infection*, v. 151, e67, 2023.





AZAB

Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil

EM PARCERIA COM :



PARQUE
DAS AVES

Zoo
São Paulo



ZOOLOGICO
DE GUARULHOS

ZOO
CURITIBA